

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ Nº 24.743.728/0001-71

NIRE Nº 35 3 0049120-3

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Engie Energia Solar Holding I S.A. (“Engie Solar I Holding” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Engie Solar I Holding é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como holding, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. A Companhia detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem os Conjuntos Fotovoltaicos São Pedro, Sol do Futuro e Sertão Solar Barreiras. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) autorizou a exploração dos Conjuntos, localizados em Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia. Atualmente a Companhia controla 10 subsidiárias que juntas somam 229,6 MW de capacidade instalada e 58,3 MWm de garantia física em empreendimentos operacionais de geração solar fotovoltaica:

Usina Fotovoltaica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física estimada (MWm)
São Pedro II	27,0	8,0
São Pedro IV	27,0	8,0
Sol do Futuro I	27,0	5,4
Sol do Futuro II	27,0	5,4
Sol do Futuro III	27,0	5,4
Sertão Solar Barreiras I	23,7	6,5
Sertão Solar Barreiras II	23,7	6,5
Sertão Solar Barreiras III	23,7	6,5
Sertão Solar Barreiras IV	23,7	6,6
Engie Juazeiro Holding ¹	N/A	N/A

(1) Subsidiária não operacional que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Juazeiro Solar.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Em 28.10.2023 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a ENGIE Brasil Energia Complementares Participações Ltda. (“EBECP”), controlada direta da ENGIE, na qualidade de compradora, e a GIP Helios II S.A., na qualidade de vendedor, o qual regula a aquisição pela EBECP da totalidade das ações de emissão da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (“Atlas Renovável”) e da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. (“Atlas Holding 2”) e, em conjunto com Atlas Renovável, denominadas “Atlas”) e, por consequência, das ações de emissão dos Conjuntos Fotovoltaicos detidos pela Atlas.

A operação de aquisição da Companhia pela EBECP foi concluída em 06.03.2024, após cumprimento das condições precedentes.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta dos Conjuntos Fotovoltaicos da Companhia alcançou 307,3 GWh e o índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e inversores, do Conjunto Fotovoltaico São Pedro, Sol do Futuro e Sertão Solar Barreiras em 2024 atingiu 90,0%, 99,9% e 93,2% respectivamente.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2024	2023	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	255.040	302.899	(47.859)	(15,8)
Lucro bruto	131.670	194.352	(62.682)	(32,3)
Margem bruta	51,6%	64,2%		23,4 p.p
Resultado do serviço (Ebit)	129.040	183.310	(54.270)	(29,6)
Ebitda (Lajida) ¹	184.911	235.402	(50.491)	(21,4)
Margem Ebitda (Lajida)	72,5%	77,7%		36,7 p.p
Resultado financeiro	(65.769)	(53.719)	(12.050)	22,4
Lucro líquido do exercício	47.643	113.951	(66.308)	(58,2)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução foi motivada pela geração de energia em quantidade inferior ao ano anterior e consequente decréscimo da quantidade faturada. Essa redução resultou em um aumento no ressarcimento às distribuidoras.

EBITDA: a redução é motivada, principalmente, pela redução da receita operacional líquida e aumento dos custos com mão de obra e energia elétrica comprada.

Resultado financeiro: o aumento é proveniente, substancialmente, das maiores despesas financeiras bancárias, como carta de crédito e fianças bancárias.

Lucro líquido do exercício: redução motivado pelos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

A Administração

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.
CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 35 3 0049120-3
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.704	29.575	338.038	192.630
Contas a receber de clientes	5	-	-	19.423	45.957
Depósitos vinculados	6	-	-	4.918	-
Valores a receber de partes relacionadas	19	24.828	19.428	528	10.455
Dividendos a receber	19	73.639	28.952	-	-
Outros ativos circulantes		204	1.395	6.104	9.920
		122.375	79.350	369.011	258.962
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	18.247	33.602
Depósitos judiciais	7	-	-	5.371	-
Outros ativos não circulantes		951	-	2.375	-
		951	-	25.993	33.602
Investimento	8	662.186	657.864	-	-
Direito de uso de arrendamentos	9	-	-	5.992	12.949
Imobilizado	9	-	-	1.191.597	1.253.478
Intangível	10	-	-	69.412	74.393
		663.137	657.864	1.292.994	1.374.422
TOTAL		785.512	737.214	1.662.005	1.633.384
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	11	63	1.845	33.297	12.412
Dividendos	14	453	38.179	453	38.179
Instrumentos de dívida	13	-	-	45.966	44.442
Ressarcimento às Distribuidoras	15	-	-	54.985	27.408
Arrendamentos a pagar		-	-	111	83
Outros passivos circulantes		1.862	85	7.176	23.542
		2.378	40.109	141.988	146.066
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Arrendamentos a pagar		-	-	7.070	7.156
Instrumentos de dívida	13	-	-	698.550	733.622
Provisão para desmobilização	9	-	-	31.263	49.435
		-	-	736.883	790.213
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	14	607.530	606.870	607.530	606.870
Reservas de lucros		130.796	90.235	130.796	90.235
Dividendos adicionais propostos		44.808	-	44.808	-
		783.134	697.105	783.134	697.105
TOTAL		785.512	737.214	1.662.005	1.633.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.
CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 35 3 0049120-3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	255.040	302.899
CUSTOS OPERACIONAIS					
Depreciação e amortização	9	-	-	(55.871)	(52.092)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		-	-	(22.197)	(24.769)
Serviços de terceiros		-	-	(22.888)	(23.413)
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	(4.673)	-
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização		-	-	-	(3.457)
Outros		-	-	(17.741)	(4.816)
		-	-	(123.370)	(108.547)
RESULTADO BRUTO		-	-	131.670	194.352
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas					
Serviços de terceiros		(206)	(6.153)	(2.056)	(11.761)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(82)	(611)	(574)	719
		(288)	(6.764)	(2.630)	(11.042)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	8	50.979	117.340	-	-
Amortização do ágio		(5.002)	-	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		45.689	110.576	129.040	183.310
RESULTADO FINANCEIRO					
Renda de aplicações financeiras		2.486	4.052	21.836	19.631
Renda de depósitos vinculados		-	-	1.467	-
Juros e variação monetária sobre instrumentos de dívida	13	-	-	(53.859)	(59.401)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	9	-	-	(2.606)	-
Despesas financeiras bancárias		-	-	(23.886)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(6)	(5)	(8.721)	(13.949)
		2.480	4.047	(65.769)	(53.719)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		48.169	114.623	63.271	129.591
Imposto de renda e contribuição social correntes	16				
Imposto de renda		(388)	(488)	(10.705)	(10.655)
Contribuição social		(138)	(184)	(4.923)	(4.985)
		(526)	(672)	(15.628)	(15.640)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		47.643	113.951	47.643	113.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.
CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 35 3 0049120-3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
LUCRO DO EXERCÍCIO		47.643	113.951	47.643	113.951
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		47.643	113.951	47.643	113.951

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31.12.2022	613.015	(6.145)	3.251	5.606	46.116	-	-	661.843
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(46.116)	-	-	(46.116)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	113.951	113.951
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal	-	-	-	5.698	-	-	(5.698)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(27.063)	(27.063)
- Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(5.510)	(5.510)
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	75.680	-	(75.680)	-
Saldos em 31.12.2023	613.015	(6.145)	3.251	11.304	75.680	-	-	697.105
Aumento de capital	660	-	-	-	-	-	-	660
Renúncia de dividendos	-	-	38.179	-	-	-	-	38.179
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	47.643	47.643
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal	-	-	-	2.382	-	-	(2.382)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(453)	(453)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	44.808	(44.808)	-
Saldos em 31.12.2024	613.675	(6.145)	41.430	13.686	75.680	44.808	-	783.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.
CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 35 3 0049120-3
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	48.169	114.623	63.271	129.591
Conciliação do resultado com o caixa das operações:				
Resultado de participações societárias	(45.977)	(117.340)	-	-
Depreciação e amortização	-	5.003	55.871	57.095
Depósitos vinculados	-	-	(1.467)	-
Juros e variação monetária sobre instrumentos de dívida	-	-	53.859	59.401
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	-	-	2.606	-
Outros	-	619	404	6.435
Resultado antes dos tributos ajustado	2.192	2.905	174.544	252.522
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	166	26.534	(9.959)
Valores a receber de partes relacionadas	(5.400)	-	9.927	-
Outros ativos	102	(595)	(8.217)	(1.799)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(1.782)	(7.165)	20.799	836
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	27.577	(7.746)
Outros passivos	1.775	43	(16.280)	1.863
Caixa (utilizado) gerado nas operações	(3.113)	(4.646)	234.884	234.952
Pagamentos de juros sobre instrumentos de dívida	-	-	(46.254)	(48.833)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(388)	(659)	(11.803)	(15.071)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	-	-	-	(669)
Caixa líquido das atividades operacionais	(3.501)	(5.305)	176.827	171.144
Atividades de investimento				
Redução de capital em controladas	-	38.351	-	-
Aumento de capital em controladas	(3.030)	-	-	-
Aplicação imobilizado e intangível	-	-	(2.830)	(16)
Dividendos recebidos	-	36.987	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(3.030)	75.338	(2.830)	(16)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	660	-	660	-
Redução de capital	-	(21.776)	-	(21.776)
Pagamento de dividendos	-	(55.882)	-	(55.882)
Pagamento de instrumentos de dívida	-	-	(41.153)	(39.157)
Pagamento de principal de arrendamento	-	-	-	(96)
Depósitos vinculados	-	-	11.904	(3.071)
Caixa líquido das atividades de financiamento	660	(77.658)	(28.589)	(119.982)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.871)	(7.625)	145.408	51.146
Saldo inicial	29.575	37.200	192.630	141.484
Saldo final	23.704	29.575	338.038	192.630
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.871)	(7.625)	145.408	51.146
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa				
Provisão para desmobilização	-	-	(20.778)	-
Fornecedores de imobilizado	-	-	15.030	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.
CNPJ Nº 24.743.728/0001-71 | NIRE Nº 35 3 0049120-3
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Engie Energia Solar Holding I S.A. (“Companhia” ou “Engie Solar I Holding”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 06.05.2016, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Engie Solar I Holding é controladora direta de 10 empresas e 4 indiretamente, as quais em conjunto formam os Conjuntos Fotovoltaicos São Pedro, Sol do Futuro, Solar Barreiras e Juazeiro, (“Conjuntos”), localizados, respectivamente, nos estados da Bahia, Ceará e Bahia. O Conjunto possui capacidade instalada de 229,8 MW.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”).

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 30.04.2025.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, Engie Solar I Holding, e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. As empresas consolidadas com a Companhia são estas:

Empresa	Capacidade instalada (MW) ⁵	Garantia física estimada (MWm) ⁵	Participação no capital integralizado e votante (%)	Ambiente de contratação
			31.12.2024	
Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. ¹	27,0	8,0	100%	Regulado
Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A. ¹	27,0	8,0	100%	Regulado
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A. ²	27,0	5,4	100%	Regulado
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A. ²	27,0	5,4	100%	Regulado
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A. ²	27,0	5,4	100%	Regulado
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA. ³	23,7	6,5	100%	Regulado
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA. ³	23,7	6,5	100%	Regulado
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA. ³	23,7	6,5	100%	Regulado
Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA. ³	23,7	6,5	100%	Regulado
Engie Juazeiro Holding LTDA. e controladas ⁴	N/A ⁴	N/A ⁴	100%	Regulado

(1) Incluem o Consórcio São Pedro;

(2) Incluem o Consórcio Sol do Futuro;

(3) Incluem o Consórcio Solar Barreiras;

(4) A Atlas Juazeiro Holding LTDA detém 100% das ações das suas controladas, sendo: Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE LTDA, Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE LTDA e Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE LTDA, com capacidade instalada de 30 MW cada e garantia física estimada de 8,7 MWm cada; e

(5) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A Companhia possui participação em consórcios (operação em conjunto em entidades sem personalidade jurídica), os quais estão descritos no quadro acima, para as quais os ativos, os passivos, as receitas e as despesas são reconhecidas diretamente nas demonstrações financeiras da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

a.5) Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

c.3) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

d.1) Avaliação do valor de recuperação do intangível – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

a) Novas normas, alterações, interpretações e orientações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	62	41	37.202	17.720
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	23.642	29.534	300.836	174.910
	23.704	29.575	338.038	192.630

A Companhia e suas controladas são participantes do fundo de Investimento Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo em 2024 foi de cerca de 99,6% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5. CONTAS A RECEBER

Em 31.12.2024, o saldo de R\$ 19.423 (R\$ 45.957 em 31.12.2023) refere-se aos valores vencidos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 23.165 (R\$ 33.602 em 31.12.2023) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívidas com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e conforme contratos, antes de cada desembolso a Companhia possui a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida. Os valores são reajustados conforme o valor da dívida previsto.

NOTA 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31.12.2024, a Companhia mantém R\$ 5.371 relativos a processos judiciais de natureza tributária. No exercício de 2019, a Companhia ajuizou processo no Tribunal de Justiça do estado da Bahia objetivando a suspensão da cobrança do ICMS sobre a parcela da TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição), ao qual em dezembro de 2024, na mesma instância, o processo foi julgado procedente a favor da Companhia cabendo a contraparte levantar valores incontroversos. Durante esse período, os valores estão sendo depositados em conta judicial.

NOTA 8. INVESTIMENTOS

a) Composição

	31.12.2024	31.12.2023
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	592.795	583.473
Mais valia na aquisição de investimentos	69.389	74.391
	662.184	657.864

b) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Saldo em 31.12.2022	Redução de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2023	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2024
São Pedro II	17.686	-	(4.276)	10.810	24.220	-	-	(1.345)	22.875
São Pedro IV	34.465	(10.000)	(9.394)	14.978	30.049	-	(3.187)	6.709	33.571
Sol do Futuro I	47.632	(2.000)	(3.715)	6.983	48.900	-	(3.866)	8.140	53.174
Sol do Futuro II	48.714	(5.000)	(5.574)	10.354	48.494	-	(4.599)	9.682	53.577
Sol do Futuro III	47.311	(5.000)	(4.227)	10.371	48.455	-	(4.884)	10.282	53.853
Barreiras I	30.189	-	-	(2.578)	27.611	1.555	-	(5.621)	23.545
Barreiras II	33.294	-	-	513	33.807	770	-	(2.375)	32.202
Barreiras III	34.951	-	-	867	35.818	455	-	(1.728)	34.545
Barreiras IV	36.562	-	-	1.017	37.579	250	-	(916)	36.913
Engie Juazeiro Holding	217.115	(16.351)	(16.249)	64.025	248.540	-	(28.151)	28.151	248.540
	547.919	(38.351)	(43.435)	117.340	583.473	3.030	(44.687)	50.979	592.795

A seguir, algumas informações financeiras das empresas que compõem os Conjuntos Fotovoltaicos São Pedro, Sol do Futuro, Juazeiro e Barreiras, referentes ao exercício findo em 31.12.2024 e 31.12.2023:

	31.12.2024						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício	Participação (%)
São Pedro II	15.858	150.219	127.344	22.875	19.007	(1.345)	100%
São Pedro IV	17.811	145.273	111.702	33.571	24.092	6.709	100%
Sol do Futuro I	42.761	107.745	54.571	53.174	21.571	8.140	100%
Sol do Futuro II	39.472	109.128	55.551	53.577	21.974	9.682	100%
Sol do Futuro III	39.412	109.843	55.990	53.853	22.060	10.282	100%
Barreiras I	42.659	90.796	67.251	23.545	10.165	(5.621)	100%
Barreiras II	39.150	88.713	56.511	32.202	9.738	(2.375)	100%
Barreiras III	39.256	90.230	55.685	34.545	10.394	(1.728)	100%
Barreiras IV	39.648	91.684	54.771	36.913	11.192	(916)	100%
Engie Juazeiro Holding	194.681	305.688	57.148	248.540	-	28.151	100%

	31.12.2023						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício	Participação (%)
São Pedro II	15.858	144.426	120.206	24.220	30.743	10.810	100%
São Pedro IV	17.811	135.245	105.196	30.049	31.213	14.978	100%
Sol do Futuro I	42.761	102.379	53.479	48.900	20.353	6.983	100%
Sol do Futuro II	39.472	102.077	53.583	48.494	20.430	10.354	100%
Sol do Futuro III	39.412	102.206	53.751	48.455	20.757	10.371	100%
Barreiras I	42.659	93.877	66.266	27.611	12.495	(2.578)	100%
Barreiras II	39.150	91.835	58.028	33.807	13.305	513	100%
Barreiras III	39.256	93.050	57.232	35.818	13.907	867	100%
Barreiras IV	39.648	93.980	56.401	37.579	13.806	1.017	100%
Engie Juazeiro Holding	194.681	572.724	324.184	248.540	-	64.025	100%

NOTA 9. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
	Taxa média de depreciação (ao ano)	31.12.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,8%	1.452.408	(277.080)	1.175.328	1.219.702
Edificações e benfeitorias	3,4%	16.920	(3.106)	13.814	13.958
Outros	10,3%	147	(65)	82	85
		1.469.475	(280.251)	1.189.224	1.233.745
Em curso		2.373	-	2.373	19.733
Imobilizado		1.471.848	(280.251)	1.191.597	1.253.478
Direito de uso de arrendamentos		7.555	(1.563)	5.992	12.949
		1.479.403	(281.814)	1.197.589	1.266.427

b) Mutação

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31.12.2022	1.270.111	14.318	156	13.511	19.717	1.317.813
Ingressos	-	-	-	-	16	16
Remensuração	-	-	-	(10)	-	(10)
Provisão para desmobilização	2.477	-	-	-	-	2.477
Baixas	(1.493)	(216)	(68)	-	-	(1.777)
Depreciação	(51.393)	(144)	(3)	(552)	-	(52.092)
Saldo em 31.12.2023	1.219.702	13.958	85	12.949	19.733	1.266.427
Ingressos	-	-	-	-	2.809	2.809
Reversão da provisão para desmobilização	(20.778)	-	-	-	-	(20.778)
Transferências	26.866	-	-	(6.697)	(20.169)	-
Depreciação	(50.462)	(144)	(3)	(260)	-	(50.869)
Saldo em 31.12.2024	1.175.328	13.814	82	5.992	2.373	1.197.589

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, as controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques solares, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente de todas as controladas foi de 6,7%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2024 era de R\$ 31.263. Em 31.12.2023, o saldo era de R\$ 49.435.

d) Autorização do Órgão Regulador

As controladas da Companhia são detentoras de autorização para exploração dos parques solares, com capacidade instalada de 349,6 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 06.2016 para o Conjunto Sol do Futuro e Conjunto Juazeiro, 03.2016 para o Conjunto São Pedro e 07.2018 para o Conjunto Solar Barreiras.

NOTA 10. INTANGÍVEL

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso de ativos	100.184	(30.793)	69.391	100.184	(25.791)	74.393
Intangível em curso	21	-	21	-	-	-
	100.205	(30.793)	69.412	100.184	(25.791)	74.393

Os direitos de uso de ativos correspondem ao valor justo pago quando da aquisição das controladas inerentes aos projetos de Barreiras, Juazeiro, São Pedro e Sol do Futuro, a Companhia reconheceu o direito de uso de ativos junto com sua participação, que representa o montante excedente pago pela Companhia, no momento da aquisição das referidas controladas e referem-se ao valor justo dos contratos de venda de energia que essas controladas possuíam no momento da aquisição.

A amortização desse montante está sendo realizada de forma linear no prazo da autorização de uso dos ativos. Em 2024 e 2023 a Companhia amortizou o montante total de R\$ 5.002.

b) Mutação

	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	79.395
Amortização	(5.002)
Saldo em 31.12.2023	74.393
Adição	21
Amortização	(5.002)
Saldo em 31.12.2024	69.412

NOTA 11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de materiais e serviços	63	28	16.318	10.595
Fornecedores de imobilizado	-	-	15.030	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	1.586	-
Transações no mercado de curto prazo	-	-	267	-
Outros fornecedores	-	1.817	96	1.817
	63	1.845	33.297	12.412
Passivo circulante	63	1.845	33.297	12.412
Passivo não circulante	-	-	7.070	7.156
	63	1.845	40.367	19.568

NOTA 12. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta à variação do IPCA, em decorrência dos financiamentos e debêntures.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2025 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	$\Delta + 25\%$ (1)	Administração
IPCA	4,8%	4,9%	0,1 p.p.	1,2 p.p.	-0,4 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2024 e os previstos no cenário provável para 2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2025. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2025, em comparação com o ano de 2024, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2024	Consolidado		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Instrumentos de dívida				
IPCA	744.516	(690)	(7.832)	2.345

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (instrumentos de dívidas, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Instrumentos de dívida	744.516	778.064
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(23.165)	(33.602)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(338.038)	(192.630)
Dívida líquida	383.313	551.832
Patrimônio líquido	783.134	697.105
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,5	0,8

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	33.297	-	-	-	33.297
Debêntures	25.632	49.982	49.784	124.377	249.775
Financiamentos	38.243	77.396	82.710	424.322	622.671
	97.172	127.378	132.494	548.699	905.743

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	300.836	174.910
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	37.202	17.720
Contas a receber de clientes	19.423	45.957
Depósitos vinculados	23.165	33.602
Depósitos judiciais	5.371	-
	385.997	272.189
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	40.367	19.568
Debêntures	201.611	207.420
Financiamentos	542.905	570.644
	784.883	797.632

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 13. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos						
BNB	27.036	514.400	541.436	27.292	542.136	569.428
Encargos	1.469	-	1.469	1.216	-	1.216
	28.505	514.400	542.905	28.508	542.136	570.644
Debêntures						
1ª Emissão - Série 1	17.117	184.150	201.267	15.615	191.486	207.101
Encargos	344	-	344	319	-	319
	17.461	184.150	201.611	15.934	191.486	207.420
	45.966	698.550	744.516	44.442	733.622	778.064

b) Mutação

	Consolidado		
	Financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31.12.2022	596.371	212.492	808.863
Amortização do principal	(26.506)	(14.860)	(41.366)
Amortização de juros	(39.442)	(9.391)	(48.833)
Juros e variação monetária	40.221	19.179	59.400
Saldos em 31.12.2023	570.644	207.420	778.064
Amortização do principal	(25.279)	(15.874)	(41.153)
Amortização de juros	(37.088)	(9.166)	(46.254)
Juros e variação monetária	34.628	19.231	53.859
Saldo em 31.12.2024	542.905	201.611	744.516

c) Vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Ano	Consolidado	
	Financiamentos	Debêntures
2026	28.490	17.274
2027	30.327	17.980
2028	32.379	18.702
2029	34.083	19.449
2030	36.338	20.246
2031 a 2035	214.790	90.499
2036 a 2038	137.993	-
	514.400	184.150

d) Condições contratadas

	Quantidade ¹	Remuneração	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2024
			Encargos	Principal	Vencimento	
Consolidado						
Financiamentos						
Juazeiro I, II, III e IV						
BNB	-	IPCA + 2,1822% (sem BA ²) IPCA + 1,8549% (com BA ²)	Mensal	Mensal	03.2038	233.320
Barreiras I, II, III e IV						
BNB	-	IPCA + 2,1822% (sem BA ²) IPCA + 1,8549% (com BA ²)	Mensal	Mensal	12.2038	180.741
Sol do Futuro I, II e III						
BNB	-	IPCA + 2,0766% (sem BA ²) IPCA + 1,7651% (com BA ²)	Mensal	Mensal	07.2038	128.844
Debêntures						
São Pedro II						
1ª Emissão - Série 1	113.205	IPCA + 4,40% a.a.	Semestral	Semestral	12.2034	108.526
São Pedro IV						
1ª Emissão - Série 1	95.518	IPCA + 4,40% a.a.	Semestral	Semestral	12.2034	93.085

(1) Aplicável somente para debêntures.

(2) Bônus de Adimplemento: condição de redução pelo fator 0,85 aplicada aos juros incorridos nas parcelas do serviço da dívida pagas em dia. Condição prevista para os financiamentos por receberem recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.

e) Garantias

e.1) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

- **Financiamento de empreendimento de geração fotovoltaica:** (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (d) contas reserva em valor mínimo entre 2,50% no período pré baixa das fianças bancárias e até 8,18% no período pós baixa das fianças bancárias, do saldo devedor total do financiamento; (e) contas reserva em valor mínimo equivalente a 25% das despesas contratuais anuais de operação e manutenção dos projetos (em alguns financiamentos está previsto um valor fixo); e (f) fiança corporativa ou fiança bancária.

e.2) Debêntures

- **Debêntures das controladas São Pedro II e IV:** (a) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (d) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (d) contas reserva em montante equivalente ao próximo pagamento do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa.

f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31.12.2024
Controladas		
BNB	ICSD ¹ ≥ 1,3 ou Comprometimento da capacidade de pagamento ² ≤ 70%	Nenhum <i>covenant</i> gerou inadimplemento nos respectivos contratos.
São Pedro II – 1ª Emissão	Individual: ICSD ¹ ≥ 1,20	0,78 ²
São Pedro IV – 1ª Emissão	Individual: ICSD ¹ ≥ 1,20	1,52

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

(2) A Escritura de Emissão de Debêntures prevê que o descumprimento do ICSD por 2 anos seguidos ou 3 alternados, num intervalo de 5 anos, é caracterizado como inadimplemento contratual. O exercício de 2024 foi o 1º ano com medição do ICSD abaixo do mínimo.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2024 era de R\$ 607.530 (R\$ 606.870 em 31.12.2023), parcialmente integralizadas, representado por 1.467.556.177 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 1.467.556.177 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Em 31.12.2024, a Companhia possuía o montante de R\$ 13.686 (R\$ 11.304 em 31.12.2023).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos dos exercícios de 2024 está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	47.643	113.951
Reserva legal	(2.382)	(5.698)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	45.261	108.253
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	453	27.063
Total dos dividendos anuais	453	27.063

d.1) Mutação dos dividendos

	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	15.372
Dividendos mínimos obrigatórios exercício 2023	27.063
Dividendos intercalares	5.510
Dividendos intermediários	46.116
Pagamento de dividendos	(55.882)
Saldo em 31.12.2023	38.179
Dividendos mínimos obrigatórios exercício 2024	453
Renúncia de dividendos ¹	(38.179)
Saldo em 31.12.2024	453

(1) Dividendos renunciados pela antiga controladora, a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, durante o processo de aquisição das ações da Companhia, resultante de ajustes de débitos.

d) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2024, a Companhia encaminhou para aprovação a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2024, no valor R\$ 44.808.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Dessa forma, esses dividendos estão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela AGO.

NOTA 15. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	263.997	314.178
Transações de curto prazo	727	191
Outras receitas	18	-
	264.742	314.369
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(9.702)	(11.470)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	255.040	302.899

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das Usinas pertencentes aos Conjuntos Fotovoltaicos São Pedro, Juazeiro e Barreiras. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia. Em 31.12.2024, as movimentações decorrem do reconhecimento de novos montantes de ressarcimento às distribuidoras, os quais foram atenuados pela realização de saldos de ressarcimento de exercícios anteriores.

Em 2024, tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica “Ressarcimentos às distribuidoras”, a qual, em 31.12.2024, apresentava saldo de R\$ 54.985 no passivo circulante (R\$ 27.408 em 31.12.2023).

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados abaixo:

Empresa	Leilão	Tipo	Crítérios de reconhecimento	2024	2023
Controladas					
Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada.					
Conjunto Fotovoltaico São Pedro	7º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%. Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.	18.530	1.514
Conjunto Fotovoltaico Juazeiro	22º Leilão de Energia Nova	Disponibilidade	Cálculo: (i) ressarcimento anual: flexibilização de 10%, ocorrendo em função da variabilidade dos ventos e fatores gerais do mercado de energia. Entregas menores que 90% da energia contratada são mensuradas anualmente; e (ii) ressarcimento quadrienal: flexibilização verificada no contexto quadrienal, motivado pelo regime sazonal de ventos. Sendo assim, cada cálculo perdoado no ressarcimento anual é considerado para o quadriênio, assim como é considerado nas energias entregues acima de 100% de cada ano. Valoração: diferença mensurada com o maior entre o preço de venda fixado no leilão e o PLD do período de referência. Pagamento: é realizado no ano subsequente da mensuração, por meio da redução da receita de venda.	30.784	23.394
Conjunto Fotovoltaico Barreiras	20º Leilão de Energia Nova / 22º Leilão de Energia Nova	Disponibilidade	Cálculo: (i) Toda a energia abaixo de 100% gera uma penalização, caso entre 100% e 90%, toda a geração não atendida pagará o maior entre PLD médio anual ou Preço do contrato. Caso abaixo de 90%, pagará o maior entre PLD médio anual ou 1,15 x Preço do contrato. Valoração: Caso gere acima de 100%, a diferença será liquidada no MCP à PLD horário após atingimento do 100%. Pagamento: Redução da receita de venda, no menor número de parcelas possível (1 vez se menor que a 1ª parcela, não fica negativo se maior, reduz da 2ª parcela e assim por diante até pagamento integral)	5.671	2.500

NOTA 16. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

No exercício de 2024 e 2023, a Companhia apurou os impostos sobre o regime de lucro presumido:

	Consolidado			
	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	264.742	264.742	314.369	314.369
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	21.179	31.769	25.150	37.724
Receita financeira	21.836	21.836	15.616	15.616
Outros	764	1.100	-	-
Base de cálculo	43.779	54.705	40.766	53.340
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(10.945)	(4.923)	(10.191)	(4.801)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	240	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(10.705)	(4.923)	(10.167)	(4.801)

NOTA 17. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui estes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

	Consolidado							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 até 2034	2035 em diante	Total
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)	11.385	11.385	11.385	11.385	11.385	56.924	197.217	311.066
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)	6.468	6.468	6.468	6.468	6.468	32.339	106.179	170.858
Contratos de Operação e Manutenção (O&M)	6.637	6.223	5.744	5.366	3.106	-	-	27.076
Contratos de conexão	176	176	176	176	176	879	2.870	4.629
Saldos em 31.12.2024	24.666	24.252	23.773	23.395	21.135	90.142	306.266	513.629

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das autorizações das usinas. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 311.066 para o Conjunto Fotovoltaico Sol do Futuro, Barreiras e São Pedro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O contrato tem vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 170.858 para o Conjunto Fotovoltaico Juazeiro.

c) Contrato de operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção para as Usinas Fotovoltaicas. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R\$ 27.076.

d) Contratos de conexão

Os Conjunto Fotovoltaico São Pedro e Sol do Futuro mantém contrato de conexão com terceiros cuja vigência irá até a data de extinção da autorização da usina.

NOTA 18. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. Os Conjuntos Fotovoltaico participam da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos às usinas, incluindo as linhas de transmissões, e lucros cessantes, no valor de R\$ 276.230 e R\$ 119.873, respectivamente para o Conjunto Fotovoltaico São Pedro, R\$ 451.552 e R\$ 81.107, respectivamente para o Conjunto Fotovoltaico Solar Barreiras, R\$ 605.119 e R\$ 248.469, respectivamente para o Conjunto Fotovoltaico Juazeiro e R\$ 294.533 de cobertura de danos materiais e R\$ 83.137 de lucros cessantes para o Conjunto Fotovoltaico Sol do Futuro, na data base de 31.12.2024.

NOTA 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	31.12.2024		31.12.2023	
	ATIVO		ATIVO	
	Dividendos a receber	Valores a receber de partes relacionadas ¹	Contas a receber	Dividendos a receber
São Pedro II	2.567 -	-	-	2.567
São Pedro IV	6.745 -	-	-	3.557
Sol do Futuro I	5.525 -	-	-	1.658
Sol do Futuro II	7.058 -	-	-	2.459
Sol do Futuro III	7.347 -	-	-	2.463
Solar Barreiras I	- -	10.522	6.492	-
Solar Barreiras II	- -	666	546	-
Solar Barreiras III	- -	546	546	-
Solar Barreiras IV	- -	-	-	-
Engie Juazeiro Holding Ltda.	44.397 -	12.567	11.317	16.248
Engie Energia Solar Holding II S.A	- -	527	527	-
	73.639	24.828	19.428	28.952

(1) Montantes referentes a rateio de custos entre as Companhias.

	Consolidado				
	31.12.2024			31.12.2023	
	ATIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	ATIVO
	Dividendos a pagar	Valores a receber de partes relacionadas ¹	Fornecedores	Dividendos a pagar	Valores a receber de partes relacionadas ¹
Engie Brasil Energia	-	-	96	-	576
Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda.	38.632	-	-	38.179	-
Engie Energia Solar Holding II S.A	-	528	-	-	-
Outras	-	-	-	-	9.879
	38.632	528	96	38.179	10.455

(1) Montantes referentes a rateio de custos entre as Companhias.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da Engie Energia Solar Holding I S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luís Barbieri Colombo
Contador – CRC SC 038020/O-8



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING I S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 29 de fevereiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



**Shape the future
with confidence**

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 30 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O